

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 688 - Brasília, quarta-feira, 13 de maio de 1998

Congresso faz acordo e vota dez MPs



A sessão do Congresso Nacional estendeu-se até o início da madrugada de hoje

Acordo entre governo e oposição permitiu ao Congresso Nacional votar medidas provisórias que tratam da administração pública. Até 0h55 de hoje, quando se encerrou a sessão, foram votadas dez MPs - das 11 que estavam em pauta - na forma de projetos de conversão. A aprovação

dessas medidas vem sendo apontada por líderes partidários como necessária à promulgação da emenda constitucional da reforma administrativa. Uma das MPs permite aos estados e municípios amortizar suas dívidas com o INSS oriundas de contribuições sociais. **Página 3**

Definida redação final da reforma administrativa

O plenário do Senado abriu ontem caminho para a promulgação da emenda constitucional da reforma administrativa, ao aprovar a redação final da proposta. A emenda prevê a possibilidade de demissão de servido-

res públicos por "insuficiência de desempenho". Permite ainda que governadores e prefeitos demitam funcionários estáveis, para limitar os gastos com pessoal a no máximo 60% das receitas líquidas. **Página 4**

Projeto dos planos de saúde aprovado por unanimidade

As empresas do setor disporão de três meses, após a publicação da lei, para se adaptar às novas regras, que incluem menores prazos de carência e cobertura para transplantes, doenças de alta complexidade e epidemias

O projeto que regulamenta os planos e seguros de saúde, aprovado ontem por unanimidade pelo plenário, será enviado à sanção presidencial. Após a publicação da lei, as empresas que oferecem planos de saúde terão 90 dias para se adaptar às novas normas. A aprovação da proposta tornou-se possível depois de um acordo feito entre o governo - representado pelo senador Romero Jucá - e o relator do projeto, senador Sebastião Rocha. "Chegamos ao limite possível", avaliou Rocha, após a votação. **Página 5**



O plenário aprovou por unanimidade projeto dos planos de saúde, após negociação promovida pelos senadores Romero Jucá e Sebastião Rocha

Serviço civil estará em pauta hoje

PÁGINA 2

Legalização do jogo ainda irá à CAS

O projeto que permite a legalização dos cassinos, que estava pronto para ser votado em plenário, será enviado à Comissão de Assuntos Sociais. **Página 4**



Senado vota proposta do serviço civil obrigatório

O plenário do Senado deve votar hoje, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria, no Brasil, o serviço civil obrigatório. Esse serviço é destinado a jovens dispensados ou isentos do serviço militar, inclusive mulheres e eclesiásticos.

A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com emenda determinando que "a lei disporá sobre a prestação de serviço civil obrigatório para os isentos e excedentes do serviço militar obrigatório ou dispensados de incorporação a etc". A regra vale também para aque-

les que, em tempo de paz, alegarem imperativo de consciência, como crença religiosa, convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividade militar.

A CCJ manifestou-se pela prejudicialidade de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que tramita em conjunto com a proposta de Antonio Carlos Magalhães e prevê serviço de natureza semelhante.

PETRÓLEO

O plenário deve votar ainda, na sessão de hoje, proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que autoriza os estados produtores de petróleo e de energia elétrica a cobrar ICMS. A emenda visa su-

primir o dispositivo constitucional que veda a incidência do ICMS "sobre operações que destinem a outros estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos de derivados, e energia elétrica".

Na justificativa da proposta, Melo argumenta que a ausência da cobrança do ICMS sobre essas operações interestaduais não beneficia os usuários de tais produtos e pune o estado produtor, proibindo-o de arrecadar o tributo. Ainda segundo o autor, a Constituição "consagra absurdamente um mecanismo permanente de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas.

Pauta inclui mais dois projetos

Da pauta da sessão de hoje constam ainda dois projetos de lei da Câmara. Um deles estende aos dependentes econômicos de empregado falecido o direito de ajuizar ação trabalhista, enquanto o outro dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Agente Pe-

nenciário na Carreira Policial Civil do DF. Também deverá ser apreciada a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado. Esses três itens estão em fase de discussão.

Quintanilha alerta para riscos do bug do milênio

"Faltam menos de 600 dias para o caos nos computadores", alertou ontem o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). Trata-se do chamado

RS 14 bilhões para sanar o problema, sendo que a metade desse valor deve ser despendida pelo setor público.

bug do milênio, problema que afetará todos os programas de informática que não tiverem sido alterados para reconhecer o ano 2000, por estar grafando os anos do calendário apenas com dois dígitos.

Para Quintanilha, o governo federal não destina recursos orçamentários, em 1998, para operar a mudança. Segundo o senador, o mundo inteiro a expectativa é de um gasto em torno de US\$ 600 bilhões. No Brasil, deveriam ser gastos



Quintanilha: blecaute

Manifestando preocupação com a morosidade típica da administração pública no Brasil, Quintanilha lembrou os problemas que o bug pode acarretar. "Podem ocorrer blecautes, desastres aéreos, interrupção de negócios, mudanças de idade, cobranças indevidas de contas, panes em caixas eletrônicas, dificuldades nos sistemas de comunicação e previdenciário e erros em cálculos de prêmios e carências."

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

10h45 - Encontro com os integrantes da Marcha Global contra o Trabalho Infantil e pela Educação. Saída Verde da Câmara dos Deputados

15h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

18h30 - Cerimônia de lançamento das coleções de CDs *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro* e *Anais da Assembleia Geral da Constituinte do Império, da Constituinte de 1987/88 e do Senado de 1826 a 1996*. Plenário do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 32/96, que institui o serviço civil obrigatório; votação em primeiro turno da "PEC nº 24/97, que também institui o serviço civil obrigatório; quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal; discussão em turno único do "PLC nº 81/96, que dispõe sobre prescrição de direito de ação; discussão em turno único do "PLC nº 60/97, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Agente Penitenciário na carreira policial civil do Distrito Federal; e discussão em turno único do "PDL nº 146/97, que aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, aprovado na VII Conferência

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; "PLC nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 83/96, que dispõe sobre a exigência de dados nos refeitórios médicos; "PLS nº 240/96, que dispõe sobre a negociação coletiva de direitos previstos na CLT; "PLS nº 253/96, que exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados na área por ela abrangida; e "PLS nº 213/97, que dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vilas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou passageiros, decorren-

tes de acidente de trânsito. Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista

Pauta: Exame e emissão de parecer sobre a "MP nº 1.605-23, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/65. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 131/98, do presidente da República, relativa à indicação de embaixador; "PDL nº 10/98, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre resposta e cooperação em caso de poluição por óleo; e "PDL nº 14/98, que aprova o texto do protocolo de integração cultural do Mercosul. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão Mista

Pauta: Exame de parecer sobre a "MP nº 1.477-48, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: "Requerimento do senador Eranides Amorim e relatório do senador Coutinho Jorge sobre o andamento dos trabalhos da sub-comissão que tem o objetivo de realizar procedimento fiscalizatório dos recursos federais repassados ao governo de Rondônia; e "Apresentação, pelo presidente da comissão, senador João Rocha, de relatório contendo vários documentos de interesse público e parlamentar. Sala 17 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes; "PLC nº 52/97, regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; "PLC nº 61/97, que dispõe sobre a educação ambiental e institui política nacional para a área; "PLS nº 110/95, que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; "PLS nº 147/96, que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educativo; e "PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação à distância. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

11h - Lançamento do Relatório Rádico & TV no Brasil - Diagnósticos e Perspectivas, pelo presidente da comissão especial destinada a analisar a programação de rádio e TV no País, senador Hugo Napoleão. Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho

18h30 - Lançamento do 1º volume da coleção em CDs *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro* e da coleção em CD-ROM *Anais da Assembleia Geral, da Constituinte do Império - 1826, da Constituinte de 1987/88 e Anais do Senado de 1826 a 1996*. Plenário do Senado Federal

Ademir teme conflito em fazenda no Pará

Quatrocentas famílias assentadas há dois anos e meio na Fazenda Campos Altos, em Ourilândia do Norte (PA), estão sob a ameaça de despejo determinada por juiz da comarca de Tucumã, disse ontem o senador Ademir Andradinha (PSB-PA). Ele responsabilizou o Inera e o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, pelo conflito que poderá



Ademir culpa governo

decorrer do cumprimento, pela Polícia Militar do Pará, da ordem judicial.

Segundo Ademir, após longas negociações em que o proprietário, "com boa vontade", aceitou o pagamento apenas das benfeitorias realizadas na fazenda, até hoje o processo de desapropriação não foi encerrado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Mariuz Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

CCJ deve votar alteração na lei dos partidos políticos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado deve votar hoje alterações na Lei 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos. As mudanças visam evitar que um partido deixe de receber recursos do Fundo Partidário no caso de irregularidade provocada por dirigente de órgão municipal que acarrete a suspensão do registro. O projeto é do senador Esperidião Amin (PPB-SC) e originou substitutivo do relator, senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA).

Outro projeto de destaque a ser apreciado na comissão é o que trata das sociedades cooperati-

vas. De autoria do senador Eduard Suplicy (PT-SP), teve parecer favorável do relator, senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), na forma de substitutivo que apresentará. Como o projeto anterior, tem caráter terminativo na comissão, ou seja, caso nenhum senador apresente recurso, é considerado aprovado pelo Senado e segue para votação na Câmara.

Também deverá ser incluído na votação projeto de lei do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), que revoga a Lei 5.250, de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

CAS aprecia projeto sobre movimentação do FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se nesta quarta-feira, às 10h, para apreciar uma pauta de dez itens. Entre eles, destaca-se o projeto de lei do Senado que regulamenta a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime

jurídico. O projeto é de autoria do senador Francelino Pereira (PFL-MG) e recebeu parecer favorável da relatora, senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Também figura na pauta projeto apresentado em 1997 pelo então senador Humberto Lucena que regulamenta a venda e a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos.

Salário-educação é um dos 13 itens da pauta da CE

A Comissão de Educação se reunirá hoje, às 17h30, para apreciar 13 itens da pauta. Entre eles, projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria instrumentos de controle de acesso aos recursos genéticos. A matéria, de caráter não terminativo, recebeu parecer favorável do relator, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Também está incluído na pauta projeto que dispõe sobre a distri-

buição dos recursos do salário-educação. A proposta, de autoria do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA), tramita em caráter terminativo e tem como relator o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), cujo parecer é contrário à matéria.

Será ainda apreciado, em caráter terminativo, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que trata da educação à distância.

CRE examina acordos e indicação para embaixador do Quênia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza hoje, às 11h, reunião para apreciar vários acordos internacionais, entre os quais o que se refere à construção e utilização de prédio para ampliar as instalações da Embaixada do Brasil

em Luanda.

A Comissão de Relações Exteriores deve ainda apreciar mensagem do presidente da República indicando o nome do diplomata Joaquim Augusto Whitaker Salles para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Quênia.

Fiscalização e Controle

A Comissão de Fiscalização e Controle deve examinar, a partir das 17h, requerimento do senador Eriandes Amorim (PPB-RO) sobre os trabalhos da subcomissão que fiscaliza a distribuição dos recursos federais em Rondônia. Na reunião, deverá ser apresentado relatório do senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) sobre o assunto.



Com o entendimento para a apreciação das MPs, a sessão se prolongou até a madrugada de hoje

Normas para amortização e parcelamento das dívidas com o INSS e alienação de imóveis da União estão entre as matérias aprovadas

Acordo no Congresso permite votação de MPs

Em votação que se encerrou aos 55 minutos de hoje, o Congresso Nacional aprovou projetos de conversão de 10 medidas provisórias, de uma pauta de 11 itens, elaborada a partir de acordo entre as lideranças. A aprovação destes projetos é necessária à promulgação da reforma administrativa.

Entre as matérias aprovadas, está o projeto de conversão da medida provisória que permita aos estados e municípios amortizar suas dívidas com o INSS oriundas de contribuições sociais até março de 1997. Para isso, poderão utilizar os recursos dos Fundos Constitucionais de Participação em até 4% para os estados e 9% para os municípios.

Outra medida provisória convertida em lei é a que altera dispositivos da Lei de Licitações,

além de permitir ao Poder Executivo a reestruturação da Eletrobrás. O projeto de conversão impõe novas regras para a permissão de exploração de agências franqueadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, atendendo a parecer do Tribunal de Contas da União que exige licitação para a exploração de agências pela iniciativa privada.

O Congresso aprovou a conversão em lei da MP que altera o quantitativo de cargos de direção nas instituições federais de ensino superior. Segundo o governo, as alterações não provocam aumento de despesas com salários nestas instituições. Além disso, autorizou a transferência, pela União, à Caixa Econômica Federal, de ações da Light e da Vale do Rio Doce; e da Petrobras, para o Fundo Nacio-

nal de Desestatização.

Foi aprovada também a conversão da MP que dispõe sobre a alienação de bens imóveis de domínio da União. O Congresso aprovou, ainda, projetos de conversão das seguintes medidas provisórias: que qualifica como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com atividades nas áreas de ensino e pesquisa científica; estabelecendo plano de carreira para os servidores do Banco Central; dispondo sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios; e instituindo Gratificações de Desempenho nas atividades Fundiária, de Proteção ao Voto, Fiscalização, Informações Estratégicas, e para Função Essencial à Justiça.

Comissão de Orçamento aprova créditos para MEC e Petrobras

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem a abertura de dois créditos especiais no total de R\$ 1.694.881.229,00, para o Ministério da Educação e para a Petrobras. Ao MEC caberá a quantia de R\$ 847.495.130,00, destinada ao projeto Financiamento a Estados e Distrito Federal, permitindo a redistribuição de recursos entre os estados e seus municípios, de acordo com o número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental regular.

De acordo com a exposição de

motivos do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, "tal mecanismo foi instituído com o objetivo de explicitar as responsabilidades daquelas esferas de governo em relação à educação fundamental, sendo previsível a reorganização dos sistemas de ensino com expressivos ganhos qualitativos".

A Petrobras terá um crédito especial no valor de R\$ 847.386.099,00, transferência de dotação orçamentária da Petrobras Fertilizantes S/A para a Transportadora Brasileira Ga-

soduto Bolívia-Brasil. Segundo exposição de motivos do então ministro do Planejamento, Antonio Kandir, a TGB é responsável pelas obras de construção do gasoduto. "Assim, está sendo proposto cancelamento de dotação no orçamento da Petrofertil e inclusão no da TGB do subprojeto "Construção do Gasoduto Bolívia/Brasil". O orçamento da Petrofertil fica restrito ao subprojeto "Manutenção da Área Administrativa", cujo valor é de R\$ 1 milhão."

Última votação define novo conjunto de regras para o serviço público, prevendo demissão por incompetência ou excesso de funcionários. Projeto agora será promulgado pelas Mesas da Câmara e do Senado

Reforma administrativa tem redação final

Cabral quer transporte por hidrovias na Amazônia

"O escoamento de produção por rodovia não é competitivo", afirmou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao cobrar do governo federal e da iniciativa privada parcerias para viabilizar o transporte intermodal na Amazônia como indutor de desenvolvimento sustentado. "Somente através da conjugação inteligente das hidrovias com rodovias e, eventualmente, até das vias aéreas, poderemos desenvolver os transportes na região, o maior entrave para seu crescimento econômico", destacou.



Bernardo Cabral

Para Cabral, a luta é por um desenvolvimento harmônico e não predatório da região. "Ao lado da manutenção da soberania brasileira sobre o território, é preciso exercer um controle efetivo sobre este solo, com atividades que nos permitam ocupar as terras desabitadas e colocar em prática programas de segurança que nos permitam o controle sobre quem trafega em nosso espaço", destacou.

O senador amazonense citou estudos realizados no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica mostrando que o transporte na região é estratégico para o desenvolvimento dos países-membros (Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru e Suriname), em especial através da integração de bacias e construção de acesso ao Pacífico, ao Atlântico e ao Caribe.

Para obter o escoamento da produção de minerais, esses estudos definem macrorrotas, compostas de hidrovias, de rodovias ou mistas. A primeira liga Manaus ao Caribe, outra vai da fronteira do Equador com a Colômbia até a Venezuela, uma terceira vai de Manaus até Vitorino, na Guiana. Segundo Cabral, o governo brasileiro está empenhado na construção da infra-estrutura que permitirá tornar realidade essas macrorrotas.

O plenário do Senado realizou ontem a última votação da reforma administrativa, que altera as normas que regem o serviço público e seus funcionários. Foi aprovada a redação final da reforma, a qual agora poderá ser promulgada a qualquer momento pelas Mesas do Senado e da Câmara. A reforma administrativa é considerada fundamental pelo governo para o equilíbrio das contas públicas da União, dos estados e dos municípios.

O Senado, que fez todas as votações da emenda em cinco meses e 11 dias, não introduziu modificações no projeto que veio da Câmara dos Deputados. Relatada pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), a emenda prevê a possibilidade de demissão de funcionários públicos efetivos (estatutários) para que os governos e prefeituras limitem os gastos de sua folha de pessoal a 60% de suas receitas líquidas.

Essas demissões, no entanto, só podem ocorrer depois que houver um corte de 20% nos cargos de confiança e forem demitidos os funcionários não-estáveis - aqueles con-

tratados depois de 5 de outubro de 1983. Os demitidos terão direito a um salário para cada ano trabalhado.

Também poderão ser demitidos funcionários por "insuficiência de desempenho", em processo administrativo, no qual os servidores terão ampla defesa. Essas demissões dependem ainda de detalhamento em lei ordinária.

Outro ponto apontado pelo governo como importante na reforma administrativa é a fixação do maior salário que pode ser pago a um funcionário público - o mesmo que a remuneração de um ministro do STF (R\$ 12.720,00).

Pela reforma, só continuarão com estabilidade empregatícia os servidores de carreiras típicas de Estado (como policiais, diplomatas e fiscais da Receita ou Previdência).

Vinte e oito artigos da Constituição são alterados pela reforma administrativa, que mantém o concurso público para quem quiser trabalhar em repartições federais, estaduais e municipais (exceto nos chamados cargos de confiança).

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO

Os principais pontos da reforma administrativa são os seguintes:

• ESTABILIDADE

Acaba a estabilidade do servidor público federal, estadual e municipal, com a previsão de demissão por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros (antes de demitir servidores estáveis para reduzir gastos, o governo terá de dispensar os funcionários não-estáveis e cortar 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança).

• ESTÁGIO PROBATÓRIO

Aumenta de dois para três anos de efetivo exercício em cargo público o prazo de estágio probatório.

• DISPONIBILIDADE

Funcionários públicos poderão ser colocados em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

• REGIME JURÍDICO ÚNICO

Estados, União e municípios não terão mais a obrigação de adotar o Regime Jurídico Único.

• TETO DE REMUNERAÇÃO

Fica estabelecido que nenhum servidor público poderá ganhar mais que o valor da remuneração de um ministro do STF, nela incluídas as vantagens pessoais

e computada a soma dos valores percebidos como remuneração/subsídio e provento de aposentadoria/pensão.

• SUBTETO

Aperfeiçoa o sistema de remuneração, proibindo-se que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público sejam acumulados, exigindo-se lei específica para aprovação de qualquer aumento de remuneração nos três Poderes.

• CONCURSO PÚBLICO

Mantido o concurso público como única forma de acesso a cargo público.

• QUALIDADE

Coloca a "qualidade do serviço prestado" entre os princípios gerais adotados pela administração pública.

• EX-TERRITÓRIOS

Regulariza, nos ex-territórios federais do Amapá e de Roraima, a situação dos servidores federais que, na data da promulgação da Constituição de 1988, trabalhavam para estados e prefeituras conveniadas.

• CARGOS EM COMISSÃO

Limita a criação de cargos em comissão apenas para as atribuições de chefia, direção e assessoramento. Também reserva funções de confiança para os ocupantes de cargo efetivo.



Senadores votaram polêmico projeto da reforma em cinco meses

Legalização do jogo será examinada pela CAS

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando que o projeto de lei da Câmara que legaliza os jogos de azar seja examinado também pela Comissão de Assuntos Sociais.

O projeto de lei tem pareceres

favoráveis da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se aprovada, a proposta permitirá a exploração de jogos de azar em hotéis e cassinos, nos estados brasileiros que decidirem permitir a atividade.

Empréstimo garante programa de satélites

O governo federal foi autorizado ontem, pelo Senado, a contratar operação de crédito externo com o Banque Nationale de Paris (BNP), no valor equivalente a US\$ 7 milhões, destinados ao financiamento parcial do Programa de Banco de Testes para Desenvolvimento de Propulsores de Satélites.

A resolução teve na Comissão de Assuntos Econômicos parecer favorável do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e voto con-

trário do senador Lauro Campos (PT-DF). "Existe a necessidade de que o Brasil venha a dominar, no mais breve espaço de tempo possível, a tecnologia de lançamento de satélites", destacou Arruda.

O Senado autorizou também o governo federal a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 51.318.050 junto ao Peene Wert GmbH. Os recursos destinam-se à aquisição de bens e serviços para o reaparelhamento da Marinha.

Bahia refina dívida de quase R\$ 1 bilhão

O Senado autorizou ontem o estado da Bahia a refinar dívida no valor de R\$ 959.662.780,99. O governo baiano pediu a alteração no limite de comprometimento da receita líquida para pagamento de dívidas, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destaca, em seu parecer, que a alteração proposta não modifica substancialmente o acordo fixado pela resolução anterior e chega, inclusive, a propiciar redução do valor refinanciado.

O governo afirmou, em seu pedi-

do, que o limite anteriormente fixado pelo Senado Federal não estava condizente com a real capacidade econômica do estado. Esse valor permitiria como percentual de comprometimento 13% da receita líquida real.

O Senado autorizou que o governo da Bahia realize operação interna de crédito de R\$ 1,35 bilhão para a privatização do Banco do Estado da Bahia (Baneb) e para a transformação do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia em agência de fomento. Jonas também deu parecer favorável sobre a resolução.

Proposta, já votada pela Câmara dos Deputados, será encaminhada à sanção do presidente da República. Empresas terão 90 dias para adaptar sua atuação às novas normas

Regulamentação de plano de saúde é aprovada

Intensos debates marcaram a sessão

Até aprovar o projeto de regulamentação dos planos e seguros de saúde, o plenário do Senado discutiu por mais de uma hora a matéria e vários senadores sustentaram a necessidade de o governo complementar a iniciativa com uma medida provisória, no momento em que a lei for sancionada. "Estamos diante de um projeto minimamente equilibrado", anunciou o relator, Sebastião Rocha, ao final da votação.

A discussão começou com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pedindo às lideranças que lhe explicassem por que esperar do governo uma medida provisória para complementar o projeto, se o próprio Senado é um órgão legislador que poderia fazer isso. O senador Romero Jucá disse que o acordo prevendo essa MP já estava feito.

Líder do Bloco Oposição, Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se favorável ao projeto, mas apresentou oito destaques para votação em separado. Em seguida, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ser importante cobrar do governo o compromisso em relação à matéria.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou a boa vontade do Senado em debruçar-se sobre matéria tão complexa, enquanto o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que há muitos interesses em jogo nesse assunto, mas o fundamental é preservar o usuário.

Já o senador Roberto Freire (PPS-PE) criticou o esforço em regulamentar planos privados de saúde, dizendo desconhecer igual preocupação em enfrentar a questão da saúde pública, que atende os excluídos.

Por unanimidade, os senadores aprovaram ontem, em plenário, o projeto de lei que regulamenta os planos de seguros privados e assistência à saúde no Brasil. A proposta, já votada pelos deputados, será encaminhada à sanção do presidente da República, e as empresas que oferecem planos de saúde terão 90 dias para adaptar sua atuação às novas normas.

A regulamentação foi uma iniciativa do então senador Iram Saraiva e, na Câmara, recebeu um substitutivo. O plenário manteve o substitutivo, mas concordou com a supressão de nove pontos negociados entre o



No plenário, senadores comemoram o resultado da votação sobre os planos de saúde

relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), e o governo. O senador Romero Jucá (PFL-RR) foi negociador do governo.

Para Rocha, a proposta, se sancionada integralmente pelo presidente da República, trará vários avanços que favorecem os usuários, como o fim do limite de dias

de internação pagos pelos planos.

Também Romero Jucá assinalou que os usuários saem ganhando pois até agora não existe lei que faça exigências mínimas aos planos de saúde. "E os 40 milhões de brasileiros que pagam planos ou seguros de saúde têm direitos garantidos".

Nove senadores discursaram antes da votação. Por ter havido acordo entre o relator, o governo e as lideranças

partidárias que apoiam o governo no Congresso, foram rejeitados quase 20 requerimentos para votação de trechos do projeto de lei em separado.

PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA

• PLANOS MÍNIMOS

O projeto prevê planos mínimos (ambulatorial, hospitalar, obstétrico e odontológico). O ambulatorial cobre todas as técnicas e exames, mas não garante atendimento de emergência. O hospitalar dá cobertura a todas as especialidades médicas, garante internação e UTI pelo prazo que for necessário e intervenções cirúrgicas. O plano odontológico paga atendimento básico dentário, inclusive tratamento de canal. A empresa oferecerá ainda planos de referência, mais amplos. Cada plano terá um preço diferente.

• REAJUSTE

Ficarão proibidos os aumentos de preço por faixa etária a partir dos 60 anos de idade, desde que a pessoa já esteja filiada ao plano ou seguro no mínimo por dez anos. Se um usuário decidir mudar de plano, poderá levar o tempo de filiação ao plano anterior, garantindo assim que, ao completar os 60 anos, não haja aumento de preço por idade. Nenhum plano, no entanto, tem a obrigação de aceitar clientes.

• DOENÇAS PREEEXISTENTES

As operadoras do plano só poderão negar atendimento quando se tratar de doenças preexistentes nos primeiros 24 meses do contrato. O ônus da prova caberá às empresas. Atualmente, os planos não dão cobertura quando descobrem que o usuário já tinha a doença e, se o paciente insistir na cobertura, terá de complementar que não tinha a doença.

• DESEMPREGADOS

O desempregado pode conti-

nuar filiado a um plano coletivo (dos empregados da empresa) por até dois anos ou um terço do tempo filiado antes da demissão (o que vencer primeiro), mas terá de pagar também a contribuição do empregador. No caso de quem se aposentar, para cada ano de contribuição quando em atividade, o usuário terá direito a manter-se associado por mais um ano, desde que pague também a parte da empresa. Se a pessoa que se aposentar estiver filiada há pelo menos dez anos, poderá continuar indefinidamente, mas sempre pagando por si e pelo empregador. Plano oferecido a empresas é mais barato que plano individual.

• PRAZOS DE CARÊNCIA

Quem se filiar a um plano terá de observar uma carência de seis meses para início de atendimento. No caso de parto, a carência será de dez meses. Nos atendimentos de emergência, o projeto estabelece prazo mínimo de três dias, mas o governo se comprometeu a reduzi-lo para 24 horas em uma medida provisória.

• SEM RECUSAS

Os planos não poderão recusar atendimento a doentes psiquiátricos, deficientes físicos e idosos. Pelo projeto aprovado pelos senadores, os atuais associados poderão optar por continuar com seus contratos, inclusive com a manutenção da mensalidade atual.

• TRANSPLANTES

Os planos não poderão cobrar pelos medicamentos usados em

ambulatorios e serão obrigados a atender transplantes, doenças de alta complexidade e epidemias. O governo vai regulamentar depois que transplantes serão cobertos obrigatoriamente, mas há acordo no sentido de que ficarão garantidos, no mínimo, transplantes de rins e córneas.

• INADIMPLÊNCIA

O atendimento só poderá ser suspenso se o paciente cancelar unilateralmente seu contrato ou estiver inadimplente há mais de 60 dias. Antes desse prazo, o atendimento será obrigatório. Se um filiado estiver internado e deixar de pagar por mais de 60 dias, o atendimento não poderá ser interrompido.

• RESSARCIMENTO

Os planos terão de ressarcir tratamento dado ao seu associado na rede pública. O preço a ser cobrado será definido pelo Ministério da Saúde e deverá ficar entre os valores da tabela do SUS e da operadora.

• EXCLUSÕES

As exclusões previstas em contrato serão escritas em negrito. O contrato deverá ter linguagem simples e clara. O associado rubricará cada item do contrato.

• CAPITAL ESTRANGEIRO

O mercado de planos e seguros de saúde será aberto ao capital estrangeiro. O Conselho Nacional de Seguros Privados ficará com a regulamentação e controle do setor. Já a Superintendência de Seguros Privados (Susep) ficará responsável pela fiscalização e aplicação de eventuais penalidades.

"Chegamos ao limite do possível", diz relator

"Chegamos ao limite possível, de acordo com a conjuntura política e a correlação de forças existentes no Congresso." Com essa frase, o senador Sebastião Rocha explicou a aprovação do projeto que regulamenta os planos e seguros de saúde, do qual foi relator. O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, agradeceu a Sebastião Rocha e a Romero Jucá o empenho na votação da matéria, por ele considerada de grande interesse para o país.

Ao encaminhar a votação do projeto, Sebastião Rocha reconheceu a complexidade do assunto e agradeceu às pessoas e entidades que contribuíram para que seus esforços produzissem resultado. Entre os avanços obtidos com o projeto, ele citou o fim do limite para internação em UTI; o acesso sem carência dos recém-nascidos e filhos adotivos; as limitações por reajuste das mensalidades por faixa etária; e o acesso a pessoas portadoras de transtornos mentais.

O relator também agregou como conquistas de grande profundidade a cobertura de medicamentos de uso ambulatorial, da simples injeção ao soro para hidratação; e o amparo a doenças de alta complexidade, como câncer, Aids, cirurgia cardiovascular e neurológica.



Rocha, relator da proposta

Comissão debate projeto que destina recursos da venda de estatais federais para saúde, educação e reforma agrária. Relator, Esperidião Amin, é contra a ideia

Privatização provoca polêmica na CAE

A aplicação dos recursos provenientes da privatização causou polêmica na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), durante discussão do projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que determina que 50% dos recursos arrecadados sejam destinados à educação, à saúde e à reforma agrária.

O relator da proposta, senador Esperidião Amin (PPB-SC), é contra o projeto. "Não será assim que se adequará a administração dessas três áreas", disse Amin. Para ele, antes disso, deve-se buscar uma solução para a dívida interna brasileira.

— Vivemos hoje o drama de termos uma moeda estável convivendo com a maior taxa de juros praticada no mundo, determina-



Na reunião, Amin defendeu o uso dos recursos da privatização na redução da dívida interna

do pelo desgoverno da dívida interna — observou Amin, lembrando a proposta para aplicação de metade de tudo que se arrecadar com privatizações na amortização da dívida mobiliária federal.

Para o senador Lauro Campos (PT-DF), o dinheiro obtido com a venda de empresas estatais está

irremediavelmente perdido. "As empresas nacionais estão sendo doadas, como previu o ex-presidente João Baptista Figueiredo", denunciou. "Cada vez se discute menos se o valor que se paga pelas empresas é justo e cada vez mais onde se aplicam os recursos", concordou Amin.

Lauro acredita que o Brasil é refém do atual estágio do capitalismo financeiro internacional, que já teria tomado US\$ 50 bilhões do país no ataque especulativo de outubro de 97. Ele criticou a atuação do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros.

Segundo Lauro, Mendonça de Barros foi responsável pela venda das estatais por preços abaixo do valor real. "Agora, ele diz que Sérgio Motta era um exagerado, para baratear a Te-

lebrás e vender por preços menores as concessões da telefonia celular", afirmou o senador do DF.

Após a discussão, a votação do projeto foi adiada, a pedido do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), já que o autor da proposta não estava presente à reunião da CAE.

Alagoas poderá pagar salários com dinheiro da CEF

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, com quatro votos contrários, pedido de remanejamento de empréstimo da Caixa Econômica Federal (CEF) a Alagoas para pagamento de salários de servidores públicos em atraso.

Originalmente, o dinheiro foi repassado pela CEF para financiamento do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) dos servidores daquele estado. Agora, o saldo, de R\$ 27 milhões, pode ser utilizado para pagamento da dívida com o funcionalismo público, que chega a R\$ 120 milhões.

A discussão da solicitação de Alagoas tomou a maior parte do tempo da reunião da CAE, presidida pelo senador Francelino Pereira. O senador Wilson Kleinübing manifestou-se contrário à utilização do endividamento, assim como de recursos de privatizações, para o pagamento de despesas, antevendo o risco de se abrir um perigo precedente. "Quanto virão aqui amanhã para pedir dinheiro para pagar servidores?", perguntou.

O senador Esperidião Amin ameaçou entrar com requerimento de informações no Ministério da Fazenda acerca da solicitação, mas, depois de tomar conhecimento de que a Comissão de Valores Mobiliários teria permitido a operação "em caráter excepcional", voltou atrás, apesar de manter o voto contrário.

— Utilização de empréstimo para pagar salário é a mais nova linha de crédito que conheço. Assim, eu também vou querer uma para o meu estado — ironizou Amin, antes de ouvir os apelos dos senadores alagoanos Guilherme Palmeira (PFL) e Teotônio Vilela Filho (PSDB).

— O drama do estado é conhecido de todos. Alagoas chegou à beira do caos e agora tenta promover o seu ajuste fiscal cumprindo todas as exigências estabelecidas no protocolo de intenções assinado com o governo federal — justificou Teotônio.

Segundo ele, a expectativa era de que o dinheiro arrecadado com a privatização da empresa estadual de energia elétrica pudesse cobrir a dívida com salários, mas a recente redução verificada no ágio pago na compra de estatais, depois da crise asiática, reduziu a previsão inicial.

Aprovado parecer que limita os custos pagos por colonos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião presidida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), aprovou ontem parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) favorável a projeto de autoria do senador José Bianco (PFL-RO) que estabelece que o custo de cada parcela em projetos de colonização oficial será fixado em 20% do total dos investimentos necessários à sua implantação.

Conforme a proposição, estarão incluídos nos investimentos para a implantação do projeto o preço pago pela desapropriação e as valorizações resultantes das obras de infra-estrutura e benfeitorias específicas para cada parcela. Apesar de ter sido aprovada em caráter terminativo, a proposição será submetida a turno suplementar de discussão, já que Jonas Pinheiro apresentou substitutivo à matéria, para aperfeiçoar o projeto em dois pontos no que concerne à técnica legislativa.

Jonas Pinheiro assinala que "a sistemática em vigor torna demasiado oneroso o preço a ser pago pelas parcelas dos projetos de colonização oficial". Ele também nota que o Estado tem atuado



Bianco é o autor do projeto

como se fosse mero gestor de projetos de colonização particular. A sobrecarga dos custos adicionais ou prejuízos eventuais tem recaído no parceleiro, "e isso talvez explique o elevado índice de inadimplência, apesar das obrigações contratuais fixadas pelo prazo de 20 anos", ressaltou Jonas.

Para o relator, "não resta a menor dúvida de que o preço de cada parcela deve ser fixado de forma racional e realista, de sorte a atingir os objetivos fundamentais do assentamento rural, com a fixação do homem à terra e o desenvolvimento da produção agrícola".

Papel-moeda terá marca especial para deficientes visuais

Todas as cédulas de papel-moeda poderão ter marcas de identificação para facilitar o seu manuseio por pessoas com deficiência visual. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A matéria poderá ir diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para seu exame pelo plenário do Senado.

O relator do projeto substitutivo, senador Beni Veras (PSDB-CE), diz que a medida dará maior autonomia aos portadores de deficiência visual. Ele tomou como base a proposta original do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), rejeitando projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) sobre o mesmo assunto.

A diferença entre as propostas é que a apresentada por Alcântara não determina como seriam as identificações nas cédulas. Na justificativa, ele lembrou que o Banco Central já utiliza as

marcas de identificação tátil desde 1990. O projeto vem consolidar a norma interna do BC, que, por não ser lei, poderia ser revogada a qualquer momento.

Já o projeto de Campos instituiria marcas pelo padrão braile nas cédulas e moedas. O relator considerou inadequada a iniciativa porque os processos de impressão de cédulas não são compatíveis com o emprego simultâneo do braile.

ADIAMENTO

Na mesma reunião, o presidente em exercício da CAE, senador Francelino Pereira, concedeu vista ao senador Lauro Campos para que ele estude mais detalhadamente a solicitação do governador do Rio Grande do Sul para a inclusão de parcela dos precatórios judiciais, emitida em

1995, no refinanciamento da dívida do estado.

O relator da matéria, senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), é favorável ao pedido, já que o estado foi citado pela CPI dos Precatórios como exemplo de correção com suas finanças.



Beni, o relator



Tian Jiyun conversou com Antonio Carlos sobre relações bilaterais

CHINESES NO CONGRESSO

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem uma delegação parlamentar da República Popular da China, que está no país para estreitar o intercâmbio entre as duas nações. Chefiada pelo vice-presidente da Assembleia Popular Nacional da China, Tian Jiyun, a missão também visitou o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Antonio Carlos registrou, no

contato com os visitantes, as transformações políticas e econômicas que estão se operando na China e reafirmou o compromisso brasileiro com a promoção da paz mundial. O vice-presidente da Assembleia chinesa transmitiu ao senador as condolências da delegação pelo falecimento do deputado Luís Eduardo Magalhães e manifestou confiança em que as relações entre os dois países serão cada vez mais intensas.

Arruda quer sede da Agência do Petróleo em Brasília

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) defendeu, em entrevista à TV Senado, que Brasília sedie a Agência Nacional do Petróleo. Na opinião do senador, o argumento de que as maiores empresas petrolíferas

estão no Rio de Janeiro não justifica a instalação da agência naquela cidade. Seguindo esse mesmo raciocínio, o Ministério da Marinha deveria estar em Santos, onde fica o maior porto do país, contrapôs Arruda.

Cristovam defende na TV acesso a saúde e educação

Mais importante que gerar emprego e aumentar o salário mínimo é ampliar o acesso gratuito aos componentes não monetários do bem-estar: educação, saúde, cultura e lazer. Essa é a tese do governador do Distrito Federal Cristovam

Buarque, defendida no programa "Agenda Econômica", que vai ao ar hoje, na TV Senado, às 8h e às 13h15.

O debate tem a participação dos jornalistas Helival Rios, do Senado, e Ribamar Oliveira, do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Registros multimídia, prontos para consulta imediata, colocarão à disposição do público 173 anos de história da Casa

ACM inaugura Museu Eletrônico do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugura hoje o Museu Eletrônico do Senado, iniciativa pioneira na preservação da memória política nacional. O museu colocará 173 anos de vida legislativa à disposição do público e dos parlamentares, em registros multimídia prontos para consulta imediata.

A solenidade, marcada para as 18h30, no plenário da Casa, será aberta com pronunciamento de Antonio

Carlos. Dois telões vão exibir um vídeo apresentando detalhes do projeto. A cerimônia servirá também para o lançamento dos dois primeiros produtos do museu: a coleção de CDs "Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro", reunindo discursos de senadores e deputados que já fazem parte da História do Brasil, e a reprodução, em 54 CD-ROMs, dos Anais do Senado (desde 1826) e das Constituintes de 1988 e 1823.

A seguir, Antonio Carlos convidará os presentes para assistir a uma demonstração do funcionamento do museu, montada no Salão Azul, utilizando sete terminais de computador e painéis informativos. Além de material histórico, o museu reunirá informações recentes, através do acervo multimídia da TV Senado, da Rádio Senado e do *Jornal do Senado*.

Aberta exposição de peças e documentos históricos

"Quem quiser conhecer realmente a História do Brasil, sob todos os ângulos, tem que consultar os Anais do Senado", afirmou ontem o diretor-geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, durante a abertura das comemorações do Dia Internacional do Museu.

Na solenidade, Agaciel Maia inaugurou a exposição de peças e documentos históricos que permanecerá na Senado Galeria até o dia 21 deste mês, e também a mostra "O Brasileiro Darcy", do acervo do Museu da República do Rio de Janeiro, que ficará no Museu do Senado Federal também até o dia 21.

O Dia Internacional do Museu, que se comemora em 18 de maio, foi instituído através de uma resolução da 12ª Assembleia do Conselho Internacional de Museus, realizada em

Moscou, em 1977. Entre as peças expostas na Senado Galeria, estão objetos pessoais que pertenceram ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, as Constituições brasileiras de

Durante a solenidade, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) elogiou a iniciativa e falou da importância dos museus na preservação da História nacional. "A



O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, inaugurou a mostra

1891, 1934, 1946 e 1988, e uma urna de prata onde eram recolhidos os votos dos senadores na época do Império, e que foi utilizada até o ano de 1903, no início da República.

memória de um povo se fortalece e desafia gerações futuras à medida que busca valorizar aquilo que significa um acervo, uma herança da História", afirmou.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sobre o projeto de lei que cria a Região Metropolitana do Distrito Federal

8h - "Agenda Econômica" - com o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, sobre desemprego

9h30 - Entrevista com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sobre o projeto de lei que cria a Região Metropolitana do Distrito Federal

10h - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação do projeto de lei que permite a participação do capital estrangeiro no setor da saúde (vivo)

12h15 - Entrevista com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sobre o projeto de lei que cria a Região Metropolitana do Distrito Federal

13h15 - "Agenda Econômica" - com o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, sobre desemprego

14h30 - Sessão plenária deliberativa - votação da proposta de emenda constitucional que cria o serviço civil

obrigatório (vivo)

18h30 - Lançamento do 1º volume da coleção "Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro" e da coleção "Anais da Assembleia Geral Constituinte do Império - 1823; da Constituinte de 1987/88" e "Anais do Senado de 1826 a 1996" (vivo)

Logo após: Comissão de Assuntos Sociais - apreciação do projeto que libera a movimentação do FGTS dos servidores que passarem do regime de CLT para regime jurídico próprio

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - "Especial Seca" - Debate com o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e o deputado federal Roberto Pessoa (PFL-CE) sobre a seca no Nordeste e a utilização do rio São Francisco para abastecimento da região

22h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Leonel Paiva (PFL-DF) e o presidente da Associação Nacional dos Juizes Classistas - sobre o projeto de emenda constitucional que prevê a extinção da figura do

juiz classista

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - "Fala Cidadão"

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

10h - Comissão de Constituição e Justiça

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até às 7h30

Senador do Piauí recebe várias manifestações de apoio dos colegas ao exigir do governo a substituição da atual política de doação de cestas básicas por um plano que inclua obras e medidas concretas para enfrentar o problema da seca

Napoleão cobra ações permanentes no Nordeste

Após solicitar iniciativas permanentes para enfrentar a situação do Nordeste, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) informou ontem que entrará com requerimento propondo a formação de uma comissão externa do Senado para visitar áreas atingidas pela seca e apontar soluções para o problema. Segundo ele, no seu estado, a calamidade já atinge 178 municípios, com a perda de 74,39% da lavoura.

Apesar de elogiar a ida do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Nordeste, ele conside-



Napoleão: mais ações

rou insuficientes as medidas já apresentadas. "O presidente deve assumir o comando de forma perene, com soluções definitivas e não apenas com a doação de cestas básicas", disse.

Hugo Napoleão lamentou que, muitas vezes, os discursos pareçam repetitivos, pois há muito tempo vem alertando as autoridades para a situação. "A seca era prevista, já que o fenômeno *El Niño* não era nenhuma novidade", completou.

O senador entregou à Mesa da Casa cópia do projeto Maftense,

implementado em 1983, quando ele era governador do Piauí. A iniciativa incluía a criação de açudes públicos de pequeno e médio portes, a perfuração e recuperação de poços tubulares e a realização de obras para a perenização de rios, ao lado da construção de barragens. Segundo Napoleão, muitas dessas obras ainda se encontram em execução.

Hugo Napoleão recebeu apertes dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Djalma Bessa (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Djalma Falcão (PMDB-AL), que elogiaram sua atuação em favor da resolução dos problemas do Nordeste, ressaltando sua autoridade para denunciar o descaso com a situação do flagelo da seca.

Dutra apóia proposta da CUT para socorrer flagelados

Para ressaltar que a tecnologia atual já permite prever calamidades, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sugeriu a aceitação de proposta da CUT, que solicitou ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Condefat) a aprovação de uma verba especial de emergência para o Nordeste.

Para Dutra, o principal problema no Brasil não é a seca e, sim, a falta de proteção dos latifúndios e impede o exercício da cidadania, já que as elites se aproveitam da situação para se perpetuarem no poder. Por isso, mesmo com toda a tecnologia de hoje, falta vontade política para encontrar uma solução, observou.

O senador petista visitou, com alguns deputados da oposição, o município de Poço Redondo, em Sergipe, para acompanhar a situação local. Dutra informou que a cidade fica a 18 km do rio São Francisco e mesmo

assim vive um quadro dramático.

Nessa hora, o governo prefere desviar a atenção do problema, criminalizando pessoas famintas. Mas é José Eduardo Dutra óbvio que, se não houvesse motivo, não existiriam os saques — disse o senador.

Dutra encaminhou também reivindicação de lavradores de Carira, em Sergipe, que solicitam a prorrogação de suas dívidas junto ao Banco do Nordeste. "Os pequenos tomadores de empréstimo oficial têm vergonha de ficar devendo, eles querem pagar, mas pedem uma renegociação. Devo registrar que a inadimplência vem sempre dos grandes proprietários", finalizou o senador.



José Eduardo Dutra

Suplicy defende MST em audiência com Calheiros

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou que, em audiência ontem com o ministro da Justiça, Renan Calheiros, ele e o deputado Marcelo Déda (PT-SE) manifestaram preocupação com o indiciamento de líderes do MST — entre eles, João Pedro Stédile e Jaime Amorim — que "apenas externaram solidariedade aos flagelados da seca".

Segundo disse, o ministro afirmou que caberá à Justiça qualquer decisão sobre o caso.

Em ofício entregue ao ministro, os dois petistas definem as declarações dos líderes do MST como "ecos da-



Eduardo Suplicy

queles proferidas por bispos nordestinos e pelo ministro Sepúlveda Pertence, que encontram respaldo nos ensinamentos de São Tomás de Aquino e mesmo na lei penal, que classifica situações idênticas como "estado de necessidade".

Os parlamentares também disseram esperar que Calheiros desenvolvesse esforços para "implementar políticas que efetivamente erradiquem a pobreza e garantam uma renda para todos os brasileiros".

Suassuna pede pressa ao governo

A implantação das frentes de trabalho prometidas pelo governo federal está sendo aguardada por 100 mil paraibanos, em nome dos quais o senador

Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu urgência no atendimento emergencial. Com a instalação das frentes, cada flagelado deverá receber R\$ 50 ao mês, explicou.

O senador enfatizou que as providências foram determinadas há cerca de 80 dias pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Conforme Suassuna, na seca de 1993 foram gastos cerca de R\$ 800 milhões, não se sabendo quantos milhões serão despendidos em 98. O senador observou que o problema da seca, para evitar despesas repetidas que não resultam em solução definitiva, precisa ser enfrentado com "soluções estruturantes", como a transposição das águas do rio São Francisco e a construção de barragens e aquedutos.

Em aparte, o senador Levy Dias (PPB-MS) disse que o país tem competência e dinheiro para enfrentar a questão, pois R\$ 21 bilhões foram gastos com o Banesp e o Banerj.



Ney Suassuna

Minas já tem 100 cidades em estado de emergência

"A situação do norte de Minas não difere daquela que atinge outros 1.209 municípios nordestinos já cadastrados junto à Sudene para receberem auxílio em decorrência da seca", enfatizou o senador Arlindo Porto (PTB-MG). "No entanto, a região tem recebido tratamento diferente, porque criou-se um preconceito contra o Vale do Jequitinhonha pelo fato de pertencer a um estado considerado 'rico' como Minas Gerais, apesar de suas dificuldades".

Segundo Porto, já são 100 os municípios mineiros em estado de emergência por causa da seca, totalizando 180 mil flagelados. "As perspectivas não são alvissareiras. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inemet) constatou que o nível de chuvas na região foi 44% inferior à média e novas chuvas são esperadas somente a partir de setembro ou,



Arlindo Porto

ainda, mais tarde. A situação, portanto, vai se agravar", destacou.

Arlindo Porto fez um apelo aos senadores para que venha a plenário e seja aprovado o projeto de lei que propõe a inclusão dos municípios do Vale do Jequitinhonha na Sudene, permitindo que possam se beneficiar de obras de combate à seca, anunciadas pelo governo federal, tais como barragens, adutoras, perfuração de poços e construção de açudes, com o financiamento de US\$ 300 milhões do Banco Mundial.

O senador mineiro considerou, ainda, ser "inadmissível" a utilização política da seca e da fome. "Incentivar saques é tirar alimentos de crianças, idosos e doentes que não podem disputar com pessoas mais fortes os produtos de seus furtos."

Sudene foi abandonada, denuncia Júnia Marise

Ao registrar ontem sua solidariedade aos 2 milhões de pessoas do norte de Minas Gerais, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou que R\$ 44 milhões alocados no Orçamento da União para a Sudene foram utilizados pelo governo

federal no pagamento de juros da dívida pública. O dado, conforme disse, foi obtido no Sifai pelo deputado Sérgio Miranda (PC do B) e "demonstra



Júnia Marise

a omissão e a falta de sensibilidade dos governantes".

"Não há como entender quais são as prioridades do governo", observou. Vários projetos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), exemplificou, têm sido ano a ano encaminhados à Sudene, mas até hoje os recursos não foram liberados. "É lamentável, mas a Sudene tem sido propositalmente abandonada por este governo", disse a senadora.